

Sindicalismo cutista e economia solidária: uma relação (im)possível?

Ana Livia de Souza Coimbra¹
Alexandre Aranha Arbia²
Mariana Costa Carvalho²
Naiara de Lima Guimarães²

Introdução

A organização da classe trabalhadora constitui-se como um importante tema de debate no campo marxista. Assim tomada, discute-se a possível construção da prática revolucionária que dela advém, materializada na ação concreta e conjunta dos homens, numa perspectiva de classe.

A apreensão do sujeito revolucionário leva à investigação da estrutura de classe, das formas de práxis, da produção da ideologia, da formação da consciência e da objetivação das formas organizativas. Nestas últimas, como organização elementar e expressiva dos trabalhadores, encontram-se os sindicatos.

Ao nos remeter às obras de Marx (1987, 2002), Engels (1986), Marx e Engels (1980), que versam sobre o sentido dos sindicatos ou sobre as condições materiais que determinam a aglutinação dos trabalhadores em torno dos sindicatos, é clara a afirmativa que a atuação sindical é, por sua própria natureza, *defensiva*. Os sindicatos buscam defender os trabalhadores da usurpação incessante do capitalista, manter o salário num patamar que possa garantir a reprodução da força de trabalho, bem como uma jornada de trabalho menos extenuante. Por atuarem dentro da lógica do assalariamento, suas limitações surgem mesmo daí. Ainda assim, Marx e Engels apontam em suas análises a possibilidade (e a necessidade) dos sindicatos atuarem enquanto centro de organização da classe operária na direção de sua emancipação.

É no âmbito desta tensão que demarca a identidade do sindicalismo – sujeito da institucionalidade capitalista e portador de possibilidades que podem levar à emancipação

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Trabalho e Mercado de Trabalho da Faculdade de Serviço Social da UFJF.
analivia.coimbra@ufjf.edu.br

² Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela UFJF. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Trabalho e Mercado de Trabalho da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

humana – que, em nossa perspectiva, encontramos os elementos necessários para a análise crítica das concepções e ações sindicais na atualidade.

Partindo destas premissas, neste trabalho procuramos analisar a relação entre o sindicalismo e a defesa da chamada economia solidária, a partir das concepções e ações da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nosso intuito é o de identificar o embasamento ideológico de tal concepção, tomando como referência os princípios do sindicalismo apresentados por Marx e Engels.

Sindicato: para quê?

Desde que surgiu o assalariamento, os trabalhadores manifestam-se contra as condições de sua realização. Começando por movimentos espontâneos, onde não se atacava o cerce da exploração do capital sobre o trabalho (como o movimento ludista, a formação de caixas de resistência, associações de socorro ou de auxílio mútuo), chegar-se-ia às *trade-unions* inglesas e aos sindicatos como os conhecemos na atualidade, típicos elementos da institucionalidade burguesa.

Marx e Engels, no primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em setembro de 1867, já analisavam o sindicalismo. Para eles, valor originário dos sindicatos seria o de destacar a consciência elementar da força da unidade operária contra o poder social do capital, bem como o exercício de um papel econômico imediato:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. (MARX, 2008a, p. 65)

A luta salarial é condição para existência dos sindicatos, conforme aponta Engels (2008a, p. 72),

[...] graças à ação sindical, a lei dos salários se impôs pela força aos patrões capitalistas. Com efeito, bem organizados, os operários de todos os ramos da indústria podem receber – ao menos aproximadamente – o justo valor da força de trabalho que alugam e, com ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho, para que não exceda sua duração máxima [...]. Isso é o máximo que os sindicatos – como estão organizados atualmente – podem esperar obter e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso gasto de força e de dinheiro.

Estão postos os limites do sindicalismo e a necessidade de avançar. Os sindicatos poderiam se tornar centros de organização da classe operária e, à medida que se generalizassem e se difundissem, começariam a dissolver a ordem burguesa, tal como as comunas que reuniram a burguesia na Idade Média. Tem-se aqui uma perspectiva para os sindicatos: “Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas a sua radical emancipação” (MARX, 1980, p. 14).

Engels (2008b, p. 75) complementa:

Com efeito, começa a entender [o operário] que o movimento atual [luta sindical], como gira exclusivamente em torno dos problemas do aumento de salário e de diminuição das horas de trabalho, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado. Se esta tomada de consciência se estender no seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: estes não gozarão muito tempo do privilégio de ser as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária em seu conjunto.

O artigo de Engels, escrito em 1881 - e de onde retiramos este trecho - é da máxima importância. O autor não apenas afirma cabalmente as limitações do sindicalismo, como vislumbra a necessidade de elevação no nível de luta. O trecho é bastante rico, pois, nele, Engels reconhece, como fará posteriormente Rosa Luxemburgo, que é na luta que a consciência de classe se desenvolve e os trabalhadores se apercebem da necessidade de extrapolação do conflito. Esta é a protoforma de uma teoria posteriormente retomada com centralidade por Lênin: a teoria das “escolas de guerra”. A luta sindical seria uma preparação para a intensa luta capital X trabalho. Como o próprio Engels (ibid., p. 73) lembra: “a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política”, que encontra sua expressão mais acabada na luta entre partidos. A organização dos trabalhadores não se resume aos sindicatos, mas neles encontra um importante sustentáculo de todo o movimento operário.

Começam a se delinear, a partir daqui, outras “funções” (que serão exploradas em profundidade por Lênin), quais sejam, preparar os trabalhadores, promover a ascensão da consciência e educá-los para o estágio ulterior da luta de classes.

As premissas marxistas aqui destacadas orienta-nos na análise do sindicalismo na atualidade e, mais especificamente, do sindicalismo cutista na sua relação com a economia solidária, que aqui propomos polemizar.

Quando sindicalismo e economia solidária se aproximam

Autores que tratam da questão sindical vêm apontando os diferentes dilemas e limites que o sindicalismo brasileiro passou a enfrentar a partir dos anos 1990. O sindicalismo cutista, neste contexto, rearranjou-se. De uma prática de *resistência* partiu-se para uma prática *propositiva* (BOITO JR, 1999), de uma prática *contestatória* para uma prática de *conformação* (TUMOLO, 2002), de uma prática *crítico-participativa* para uma prática *ocupacionista* (COIMBRA, 2006). As teses apresentadas pelos autores indicam que estas características do sindicalismo cutista correlacionam-se com as mudanças operadas no padrão de produção capitalista brasileiro na década de 1980.

Boito Jr. (*op.cit*) afirma que a CUT consolidou um estatuto de moderação, com diminuição da atividade grevista e desvalorização da mobilização e a luta de massa. Uma visão contratualista e fragmentada da ação sindical que valoriza a livre negociação entre partes tomadas isoladamente. Tumolo (*op.cit*) destaca uma mudança política substancial das concepções e ações propostas: de um sindicalismo combativo e de confronto para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista. Coimbra (*op.cit*) sustenta que a situação de crise leva o sindicalismo cutista a buscar alternativas de ação. Assim, um novo substrato ideológico é adotado, na tentativa de dar suporte à sua inserção em novas arenas reguladoras de conflitos (como os Conselhos Gestores). A concepção de cidadania, fruto da luta por direitos no interior da sociedade capitalista, é adotada. As novas arenas são espaços de extrema correlação de forças, onde o sindicalismo é um dos partícipes de consensos entre o Estado, o capital e o trabalho. Ainda assim, a CUT opta por delas participar, apesar dos riscos e das perdas. A participação pela participação: uma estratégia ocupacionista. Estaríamos, portanto, diante de um sindicalismo negocial (ANTUNES, 2006), que significaria uma curvatura na ação classista da CUT (ARBIA, 2009).

Fato é que o cenário de lutas para o sindicato torna-se desfavorável a partir dos anos 1990. A principal base de trabalhadores do sindicalismo cutista (seja em amplitude geográfica, relação entre número de trabalhadores na base e filiados ou vitalidade política) é atingida. Vejamos: segundo dados apresentados por Lesbaupin & Mineiro (2002), a partir de cálculos da FIESP, a região metropolitana de São Paulo teve uma redução de 2/3 de empregos formais até 2002, se comparado ao ano de 1995. O número é ainda mais drástico se comparado com o encontrado em meados da década de 1980, onde a redução havia chegado a 50%.

Naquele contexto, a agenda sindical passou a sofrer expressivas alterações, ao mesmo tempo em que diminuía o seu grau de adesão entre os trabalhadores. As greves, um dos grandes instrumentos de mobilização dos sindicatos na década de 1980, foram decrescendo drasticamente. Chegou-se próximo a 400 em 1998, em contraposição às 4 mil greves anuais dos anos 1980. A questão salarial perdeu a sua centralidade com a estabilização monetária, sendo substituída pela luta por emprego e pela sua manutenção. Entrou em pauta também a participação nos lucros e resultados da empresa, redução dos benefícios sociais, flexibilização da jornada de trabalho, formação profissional e a bandeira da economia solidária.

É possível perceber, em nossa análise, a adoção de novos referenciais ideológicos, em que se destaca a concepção do chamado “sindicalismo cidadão”. Foi no V Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (V CONCUR) que ela se explicita, resultando em transformações no modo de pensar e agir do movimento sindical:

O elemento fundante de uma ação cidadã, segundo a CUT, consiste em eleger como principais campos de atuação o “mundo do trabalho” e o “mundo da sociedade civil”. O primeiro refere-se ao espaço onde serão reinventadas formas de luta para a manutenção do emprego, para a manutenção dos níveis dos salários e para melhoria das condições de trabalho. O segundo refere-se ao espaço onde podem ser integrados e revitalizados o movimento social, através da construção de políticas públicas e do fortalecimento da cidadania, baseados nos princípios de solidariedade, de autonomia e de pluralidade no convívio social. (Coimbra, 2006, p. 50)

A construção da cidadania foi um processo cumulativo a partir do movimento mais amplo de construção da democracia, significando a extensão e o aprofundamento dessa. A nova noção de cidadania, passa a expressar o novo estatuto teórico e técnico assumido pela democracia em todo o mundo, principalmente a partir da crise do socialismo real. (id., ibid, p. 52)

Com a defesa do “sindicalismo cidadão” é incorporado um novo tipo de compreensão acerca das formas de atuação dos sindicatos na sociedade capitalista. A economia solidária, neste contexto, passa a ser concebida pela central como uma estratégia inovadora para combater os altos índices de desemprego e a exclusão social. Assim, por meio de empreendimentos solidários, como cooperativas e empresas de autogestão, seria possível ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda, sob os princípios da democracia e da autogestão.

Sustentamos que a adoção deste novo ideário – o “sindicalismo cidadão” - é que fornece a base para que o sindicalismo cutista se aproxime da economia solidária. Passa-se a se discutir questões referentes aos interesses dos trabalhadores que não são formalmente

representados diretamente pelos sindicatos cutistas. Isto significa que a central, por meio de seus sindicatos filiados, busca construir estratégias de fortalecimento da economia solidária, de diferentes formas: participação em fóruns populares que discutem a temática, ocupação de espaços que têm a função de consulta ou deliberação de políticas públicas, bem como aqueles onde são definidos os marcos regulatórios e arcabouços jurídicos que fortaleçam o desenvolvimento dos chamados empreendimentos solidários.

Expressão das iniciativas de apoio à economia solidária é a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT). Criada em 1999 como uma associação civil sem fins lucrativos, atua no incentivo a projetos no campo da Economia Solidária realizados por confederações, federações, sindicatos de base e organizações que a compõem. Os objetivos da ADS/CUT vão além do apoio às organizações de caráter solidário que visam a geração de trabalho e renda, ampliando-se para o acesso democrático dos trabalhadores ao crédito, alternativas de comercialização, socialização de informações sobre políticas públicas, legislação e mercado, assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias, além de fomento de valores de solidariedade na sociedade (CUT, 2000, p. 35). Segundo afirmativa da própria agência, ela se constitui como uma nova fase para os trabalhadores, atuando na busca de novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento.

Destacamos as posições da central sobre a temática desde o seu Congresso Nacional (CONCUT) em 2000. No VII CONCUT, ao se apontar as estratégias de ação da central, apontou-se como inovação as ações ligada à economia solidária:

[...] uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão. (CUT, 2000, p. 34)

A compreensão cutista é que através da economia solidária seria articulada uma política de enfrentamento ao neoliberalismo:

a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais. Isso pode ser constatado em muitos países, nos quais o desenvolvimento do trabalho em regime de cooperativas autênticas e de autogestão trouxe crescimento econômico a setores que se mostravam inviabilizados. Isso representou o

aproveitamento de trabalhadores excluídos do processo produtivo por idade, escolaridade, problemas de saúde ou seqüelas ocupacionais, gerando com isso melhorias sociais, ganhos de qualidade de vida e cidadania. (id., ibid.)

Em seu VIII Congresso, de 2003, a CUT reafirma sua defesa dos direitos dos trabalhadores com a construção de uma outra política econômica e social, buscando

incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que existem com o objetivo de fraudar direitos (CUT, 2003, p. 20).

No ano de 2006, no IX CONCUR, a central faz um balanço da atuação da ADS. Aponta que a agência iniciou a incubação do Sistema Nacional de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL), através de capacitação e assessoria às cooperativas de crédito, contando com apoio da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo Lula e parceiros internacionais como a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), Fundação Rosa Luxemburgo, DGB Bildungswerk /Centro de Formação da Central dos Sindicatos Alemães. No que chamam de “primeira etapa” da ADS/CUT teriam sido constituídas cooperativas em dez Estados e a organizadas duas centrais de cooperativas: ECOSOL e Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). Foi apresentada como estratégia para o crescimento do cooperativismo a construção de Bases de Apoio ou Central Estadual/Interestadual nos Estados. Para as cooperativas já existentes, fusão nos respectivos ramos e a constituição de uma cooperativa nacional dos trabalhadores autogestionários, filiados à UNISOL (CUT, 2006).

Em seu Congresso Nacional mais recente, em 2009, a central ressaltou que estava sendo desenvolvido, por meio da ADS, da ECOSOL e da UNISOL, um conjunto de ações de fortalecimento dos empreendimentos solidários. Apontou ainda, que um dos grandes desafios da economia solidária, seria o escoamento da produção. Assim, destacou-se como saída a parceria da ADS/UNISOL/ECOSOL e a Petrobrás, que teria como meta a constituição de uma rede de comércio para o alcance da auto-sustentabilidade econômica, financeira e social dos empreendimentos solidários (CUT, 2009). Com as parcerias seriam discutidos e fortalecidos os seguintes eixos estratégicos: comercialização, crédito, marco jurídico, formação, cooperação internacional, tecnologia, redes e cadeias e políticas públicas. Destacamos:

Para tanto, a CUT, além de aprofundar os debates sobre bancos comunitários, fomentará e orientará suas entidades filiadas e orgânicas a

estabelecerem parcerias preferencialmente com seu campo de representação na Economia Solidária da CUT (ADS/ECOSOL/UNISOL); bem como a participarem da elaboração e gestão de propostas, junto a **parceiros públicos e privados** [*grifos nossos*], para o fortalecimento da Economia Solidária (CUT, 2009, p. 71).

As ações propostas pela central carregam em si um fundamento teórico sobre a economia solidária. Em Singer (2003) apresenta-se a caracterização hegemônica entre os que analisam o tema. O autor descreve a economia solidária como um conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo e crédito realizado pela classe popular na geração de trabalho e renda. Uma economia baseada na ajuda mútua, na cooperação, auto-gestão e nas diversas formas de compartilhar buscando o benefício coletivo. Apresenta-se como uma alternativa para o desemprego, além de possibilitar ao trabalhador não só o controle da produção, mas também a apropriação dos frutos do seu trabalho, socializando assim, os meios de produção e distribuição, garantindo uma gestão democrática e possibilitando aos trabalhadores marginalizados no mercado de trabalho uma forma alternativa de geração de renda. Através do trabalho associado e cooperado busca-se uma alternativa para o trabalho alienado, estranhado e exteriorizado da sociedade capitalista.

Teóricos afinados com Singer, dentre eles Barreto (2003) e Singer & Souza (2003) compreendem que a economia solidária traz consigo possibilidades emancipatórias. Entretanto, há que se considerar que outros autores, apoiados na tradição marxista, apresentam discordância. Dentre eles - e no âmbito do Serviço Social - apontamos Barbosa (2008), Menezes (2008) e Tavares (2004), que indicam as mistificações em torno do conceito de economia solidária como fator de emancipação da classe trabalhadora, haja visto que as práticas que se organizam em torno dela muitas vezes revelam mecanismos que corroboram a precarização do trabalho.

Há que se destacar que esta nova direção adotada pelos sindicatos inscreveu-se em um contexto de crise de representação das entidades da classe trabalhadora, em que se reduziram as estratégias de luta massivas de caráter contestatório. Tal fato merece análise.

Considerações finais

Ainda que o sindicato seja um sujeito coletivo típico da institucionalidade burguesa, é possível que, por meio da possibilidade de formação de consciência de classe (ocorrida tanto por meio da organização coletiva, no próprio sindicato, quanto no partido operário), ele contribua para a superação da ordem burguesa, se também vinculado a outros movimentos onde os trabalhadores sejam os protagonistas.

Sendo a sociedade capitalista história e, portanto, dinâmica, o sindicalismo, por ser uma das expressões dos embates ocorridos entre as classes que fazem esta história, sofre mudanças. Em um determinado período de crise do movimento sindical de trabalhadores, a partir da década de 1990, tem-se a inclusão de uma nova forma de ação sindical que indica mudanças nos princípios ideo-políticos, até então adotados pelos dirigentes sindicais.

Devemos analisar criticamente esta nova forma de ação sindical que a CUT adotou a partir dos anos 1990, pois, a partir autores como Antunes (1995, 1999), Cardoso (2003), Coimbra (2001, 2006), Noronha (1991) e Rodrigues (1998), encontramos que o enfrentamento e a combatividade cederam lugar para a conciliação e a negociação. O objetivo é o de estabelecer um diálogo entre capital e trabalho, onde se busca a manutenção do emprego, em que impera a lógica da participação, da cooperação, da moderação e da adaptação, em favor de um capitalismo mais humanizado. O método de luta é um tipo de resistência propositiva, em que se prioriza a colaboração e não o conflito.

Pensamos que o desenvolvimento de ações sindicais na área da economia solidária insere-se no campo deste tipo de prática descrita. Vejamos o cenário onde a aproximação entre sindicalismo e economia solidária ocorreu. Logo após a drástica redução de postos de trabalho da primeira metade dos anos 1990 e da ocorrência de greves, onde o sindicalismo cutista procurou articular um outro discurso mais “adequado” e “viável” àquele contexto.

Consideramos, portanto, que a atuação do movimento sindical na economia solidária, desenvolvida justamente em um contexto de crise da organização dos trabalhadores e sob ótica do “sindicalismo cidadão”, pode incorrer no risco do afastamento da possibilidade de formação da consciência da classe trabalhadora na luta por sua emancipação.

Os autores que escrevem sobre a economia solidária no Brasil como Albuquerque (2003), Barreto (2003), Singer (2003) e Souza (2003) reconhecem sua emergência massiva na década de 1990, no contexto de crise e reestruturação do capital com grande redução de empregos, aumento de subempregos e de implementação do neoliberalismo, em que o Estado diminuiu o seu papel de formulador de políticas públicas. Surgiu como uma alternativa para os trabalhadores que se encontravam diante do trabalho precário, informal e do próprio desemprego, a partir de iniciativas autônomas de trabalhadores de diferentes ramos de atividade que iniciaram a formação de cooperativas. Ao lado deles, movimentos sociais e universidades passaram a apoiar práticas de autogestão.

Cabe aqui uma análise crítica, no sentido de que a economia solidária é uma forma de organização do trabalho que se encontra inserida no modo de produção capitalista e, portanto, está cercada, limitada por determinações que lhe são externas, como nos mostra as autoras

Barbosa (2008) e Menezes (2008). Assim sendo, ao contrário do que defende autores como Singer (2003) e Barreto (2003), pensamos que seu potencial emancipatório é limitado, visto que as relações de autonomia do capital acontecem apenas em nível das relações de trabalho estabelecidas internamente nos coletivos de autogestão, diferentemente do que ocorre quando seus produtos e serviços chegam ao âmbito da circulação, acabando por se inserir no processo de reprodução ampliada do capital.

A economia solidária é uma realidade e tem se colocado como uma resposta imediata de sobrevivência para trabalhadores, especialmente em um contexto de precarização do trabalho e desemprego estrutural. No entanto, é preciso questionar em que medida e condições cabe ao movimento sindical assumir o papel de realizador de ações na área da economia solidária. Cabe questionar as características desta perigosa concepção ideológica que, ao final, pode reduzir as táticas de luta massivas, de caráter contestatório e classista, não mais correspondendo aos princípios históricos do sindicalismo na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Estas questões se tornam especialmente importantes quando destacamos este novo *ethos* sindical e sua relação com o Estado. A reflexão de Barbosa (2008, p.197) é elucidativa:

Essa capacidade de trazer protagonistas das lutas sindicais e sociais dos últimos trinta anos no país para o reforço desses horizontes de desassalariamento – como se faz no governo Lula – coloca a pedra de toque que se fazia necessária na reforma moral que atinge o trabalho nos últimos anos.

A polêmica está aberta. Para nós apresenta-se uma tarefa: refletir sobre o alcance da economia solidária no acesso ao direito ao trabalho e na vivência de princípios do trabalho associado, considerando a posição de autores, que ancorados na tradição marxista, como Menezes (2007, p.221), nos advertem:

A “economia solidária”, apesar de ser um projeto político globalizado nas economias subordinadas, encontra nelas um terreno fértil e propício para a cooptação e manipulação político-ideológica porque reafirma valores culturais e morais que ainda não foram superados em virtude da ausência da generalização do modo capitalista de produção. Nesse caso, no lugar de promover a dita emancipação social, acentuam-se as premissas do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico acompanhados de sua carga recessiva em termos desenvolvimento material e social. Assim, a “economia solidária” colabora para a manutenção do atraso e emperra o desabrochar de uma ruptura com o *status quo*.

Referências

ALBUQUERQUE, P. **Autogestão**. In CATTANI, A. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995

_____. **Os sentidos do trabalho**. SP: Boitempo, 1999.

_____. **De sindicalistas a analistas**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 de outubro de 2006. Seção Tendências e Debates, caderno 19, A3.

ARBIA, A. **O apelo à participação institucional: características, dilemas e desafios da construção sindical no cenário de crise**. Juiz de Fora: UFJF/FSS, 2009. Qualificação. Mestrado em Serviço Social.

BARBOSA, R. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARRETO, A. **Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária**. In: Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R. (org). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

BOITO, JR. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

COIMBRA, A. L. **Decifra-me ou te devoro: nota sobre a participação sindical nos espaços institucionais**. In: Libertas: revista do Serviço Social. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v.1, n.2, jul/dez – 2001.

_____. **Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da Central Única dos Trabalhadores na década de 90**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006. Tese. Doutorado em Serviço Social.

CUT. **Resoluções do 7º congresso Nacional da CUT**. 15 a 19 de agosto de 2000. Disponível em:

http://www.cut.org.br/component/option.com_docman/task_cat_view/gid.191/Itemid.243/

Acesso: 26 fev 2010.

_____. **Resoluções do 8º congresso Nacional da CUT**. 03 07 de junho de 2003. Disponível em:

http://www.cut.org.br/component/option.com_docman/task_cat_view/gid.192/Itemid.243/

Acesso: 26 fev 2010.

_____. **Resoluções do 9º congresso Nacional da CUT**. 05 a 09 de junho de 2006. Disponível em: http://www.cut.org.br/component/option.com_docman/task_cat_view/gid.156/Itemid.243/

> Acesso: 26 fev 2010.

____ **Resoluções do 10º congresso Nacional da CUT.** 03 a 07 de agosto de 2009. Disponível em:

http://www.cut.org.br/component/option.com_docman/task_cat_view/gid.207/Itemid.243/>

Acesso: 26 fev 2010.

ENGELS, F. **Os sindicatos (I).** In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

____ **Os sindicatos (II).** In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008b.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **Sindicalismo (antologia).** Trad. José Roberto marinho. São Paulo: Ched, 1980.

MARX, K. **As greves e as coligações de operários.** In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

MENEZES, M. **Economia solidária. Elementos para uma crítica marxista.** Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

SINGER, P. & SOUZA A. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, A.R. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: **Souza, A., Cunha, G. & Dakuzaku, R, (organizadores). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004. 216p.

